

# MFA: Movimento de libertação?

João Martins Pereira \*

Não está feita a teoria dos movimentos de libertação. O que é um movimento de libertação? Em que difere de um partido político? O que essencialmente o caracteriza? O mesmo é dizer: o que têm de comum os movimentos que «de libertação» se intitulam e como tal, em consequência, actuam?

Interrogações tanto mais actuais para nós, portugueses, quanto é certo ter-se o MFA, no seu Plano de Acção Política, precisamente proclamado como «movimento de libertação do povo português».

Embora se pudesse ir buscar bem mais longe exemplos de movimentos de libertação em acto, é após a segunda guerra que a luta contra o colonialismo populariza a expressão, com que se auto-designam tantas e tantas organizações sobretudo em África, na Ásia, na América Latina. Na generalidade, tais movimentos caracterizam-se por se tratar de organizações políticas armadas, que se dão por objectivo fundamental substituir o povo a que pertencem à dominação-ocupação colonialista ou imperialista. Por aqui se vê a distinção em relação aos partidos políticos: estes têm por objectivo a conquista do poder, com base num determinado programa, por meios políticos (não armados). A própria distinção entre os objectivos e os meios de acção de uns e outros determina, naturalmente, diferenças importantes nas respectivas formas de organização e de contacto com as massas. Um movimento de libertação tem de ser, todo ele, acção e mobilização em torno da ideia-chave «libertação». A larga adesão popular é-lhe vital, a pedagogia política tem necessariamente de actuar nos dois sentidos: as massas populares e os quadros político-militares têm de se conhecer e de se reconhecer, a aprendizagem é simultânea, só assim o movimento de libertação se identificará com as «massas em movimento». A crítica e auto-crítica permanentes são, nestas condições, uma indispensável prática a todos os níveis: daí nasce a disci-

plina revolucionária. Daí resulta que as massas aceitem os enormes sacrifícios que lhes impõe a luta de libertação.

Muitos movimentos que se intitularam «de libertação» falharam e desapareceram porque não ganharam aquela identificação, porque não conseguiram, através da sua prática, que as massas neles se reconhecessem. Ninguém mais ouviu falar deles. Outros, pelo contrário, souberam mobilizar, impregnaram as populações do seu espírito revolucionário, mergulharam nelas até às raízes da sua cultura ancestral, triunfaram. Argélia, Cuba, Vietname, Moçambique — apenas uns quantos que todos conhecemos.

O que há de original no facto de se assumir o MFA como movimento de libertação? Em primeiro lugar uma espécie de «inversão cronológica»: o MFA reclama-se desse estatuto político mais de um ano depois de ter tomado o poder, quando, nos casos historicamente anteriores, a tomada do poder se verificou como desfecho da luta armada vitoriosa. O que é fácil de explicar, pois sabe-se que o MFA se deu como tarefas prioritárias o derrube do fascismo e a descolonização externa. É a experiência do poder que precisamente lhe incuta a noção de «colonização interna». Em segundo lugar, e por idênticas razões, a circunstância de, na ausência de uma implatação prolongada no seio das massas populares e da consequente fragilidade política, ter o MFA confiado aos partidos políticos a tarefa de organização e mobilização populares, ter-lhes «entregue» a liderança política efectiva do processo revolucionário. Só que, por essa via, se acabou objectivamente por dar prioridade às questões de «estratégia do poder» (dominantes na acção partidária) sobre as de «libertação nacional — construção do socialismo», que acabaram por emergir como as decisivas face a uma progressiva degradação da situação económica e política, impossível de enfrentar num contexto de multiplicidade de centros de poder constituídos

ou tácitos. Mais grave do que isso, mas igualmente inevitável, o MFA veio a reflectir no seu seio as desgastantes querelas partidárias bem como as próprias relações de poder delas decorrentes. Isso terá seriamente prejudicado a sua capacidade de mobilização de massas e esse aspecto é de vital importância quando a tarefa nacional é enfim definida como «de libertação». Em terceiro lugar, por fim, o facto de, sendo o MFA um movimento armado, a luta de libertação se travar por via armada, e contra um inimigo fisicamente ausente: um sistema de exploração e dominação económica. Isto requer, como é evidente, uma capacidade de mobilização maior que a de um movimento de libertação em processo de luta armada, pois este vai buscar parte da motivação popular à própria violência do adversário.

MFA — movimento revolucionário de libertação: esta por certo a grande novidade do Plano de Acção Política. Mas isso implica uma imagem do MFA — e não apenas uma afirmação — claramente despidida de inflexões partidárias. Implica que os vários centros de poder, militares e civis, em que o MFA esteja representado sejam reconhecidamente revolucionários mas não-partidários (além de não interferirem constantemente uns com os outros — clarificação indispensável, também). Implica uma autocrítica profunda. Implica cortes corajosos — ou não será a revolução o grande corte? Estas implicações não vêm explícitas no Plano de Acção Política, texto «de compromisso» em que todos encontram o seu quinhão. E é pena, porque as tarefas a enfrentar exigiam decisões (algumas, por certo, «impopulares») que não podem aguardar semanas.

Um movimento de libertação dispõe de um crédito de autoridades (revolucionária), na ausência da qual, em certas circunstâncias, só subsiste como alternativa a autoridade repressiva.

\* João Martins Pereira, engenheiro, e actual Secretário de Estado da Indústria e Tecnologia.

